



Técnicos Oficiais de Contas pedem alargamento do prazo para entrega de IRC e IES

19 de Maio, 2011

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) pediu ao Ministério das Finanças um alargamento do prazo de entrega do IRC e da IES, disse hoje o bastonário, Domingues de Azevedo. Em carta enviada na quarta-feira, a OTOC reclama que o prazo, a terminar a 31 de Maio, seja alargado até 30 de Junho para a declaração modelo 22 do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e até 30 de Setembro para a Informação Empresarial Simplificada (IES). «Temos assistido a uma confluência injustificada de obrigações para a data de 31 de Maio, como é o caso da segunda fase da declaração modelo 2 do IRS, agora com ou sem rendimentos da categoria B, o relatório Único da Segurança Social, o que acaba por gerar maiores dificuldades dos tempos disponíveis dos profissionais», referiu a missiva enviada para o ministério. Na base destas reivindicações encontra-se a aplicação, aprovada em 2009, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que só este ano está a ser seguido e que constituiu, segundo a OTOC, «uma das mais profundas alterações efectuadas à prática contabilística portuguesa». «Julgamos encontrar-se completamente justificado que no ano em curso se alargue o prazo para a entrega da declaração modelo 22 para o dia 30 de Junho e o prazo da entrega da IES para a data de 30 de Setembro, viabilizando por essa via o cumprimento das obrigações de liquidação e informação estabelecidas», considerou a OTOC na carta. «A alteração da forma de comunicação de informação com base no SNC é um processo que obriga a alterações processuais profundas», explicou o bastonário.

Segundo Domingues de Azevedo, por se terem disponibilizado tardiamente os modelos informáticos a utilizar no preenchimento da informação, as empresas de software viram «dificultado» o seu trabalho na criação de programas informáticos para essa comunicação. «Só posso fazer um programa informático se souber os parâmetros», disse Domingues de Azevedo, pedindo que o ministério intervenha no sentido de indicar aos «correspondentes serviços» que disponibilizem «todos os modelos informáticos de comunicação de informação» no dia 1 de Janeiro de cada ano.

Sol/Lusa